

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 295

Data: 9 de Maio de 1985 Pg.: _____

4468 Sertanistas exigem reorganização da Funai



Arquivo

Uma equipe de 13 indigenistas da FUNAI entregou ontem ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, um documento intitulado «Plano de Trabalho da FUNAI» em que indicam, para a Presidência do órgão, os nomes dos indigenistas Odenir de Oliveira e Aureo Falheiros e do índio Marcos Terena.

O plano pede a descentralização do trabalho da FUNAI, dando maiores poderes às delegacias regionais que teriam autonomia para o planejamento dos problemas relacionados às suas áreas de atuação. A FUNAI ficaria responsável pelo plano global de atuação das Delegacias e essas realizariam seus planos específicos.

Segundo um assessor da Presidência da FUNAI, a medida evitaria, inclusive, os constantes deslocamentos de índios a Brasília para resolverem seus problemas. Atualmente quando surge qualquer problema em sua aldeia a primeira providência do índio é se deslocar a Brasília para manter contatos com as autoridades, explicou o assessor,

para acrescentar que o objetivo do plano é fazer com que as Delegacias Regionais atuem objetivamente nas questões.

Todos os três indicados para a Presidência, pelos indigenistas, pertencem ao quadro da FUNAI. O Marcos Terena é chefe de gabinete do órgão; o indigenista Odenir de Oliveira é assessor para a área xavante e Aureo Falheiro pertence à Diretoria de Patrimônio Indígena.

O documento indica como prioridade para a FUNAI a imediata demarcação das terras indígenas; uma política de descentralização administrativa e financeira do órgão tutelar, com o fim de fortalecer as Delegacias Regionais, evitando a constante vinda de índios a Brasília.

Consta também do documento severa crítica ao acordo feito entre o Ministério do Interior e os índios gorotire do Sul do Pará, no qual estes permitirão a reabertura do garimpo de Maria Bonita, situado em suas terras, assim que seja assinado o decreto de demarcação daquela reserva, envolvendo

três milhões e 300 mil hectares. O documento afirma que o Ministério forçou o líder Paikan, que não sabe ler, a assinar o acordo, que contraria a legislação indígena; uma vez que segundo o Estatuto do Índio somente a eles cabe a exploração das riquezas existentes no solo que habitam.

Pressões

A demarcação imediata das terras dos índios gorotire do Sul do Pará e a revogação do acordo firmado na última sexta-feira entre aquela comunidade indígena, os ministérios do Interior e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, e a Fundação Nacional do Índio, é o que exigem 68 servidores do órgão tutelar em documento encaminhado ontem ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto. A decisão foi tomada por considerarem que o acordo «contraria de uma só vez, as garantias formais oferecidas aos índios e aos seus bens pela Constituição e pela Lei Ordinária».

— O acordo nega tanto a tradição do indigenismo

brasileiro quanto o compromisso legal e ético do estado brasileiro e do órgão indigenista com relação aos silvícolas e aos seus direitos, diz o documento. Isto, porque o acordo prevê a reintegração dos cinco mil garimpeiros expulsos de Maria Bonita, a primeiro de abril último, assim que o decreto de demarcação da reserva, dos gorotire for assinado.

O documento lembra que «o direito à demarcação das terras indígenas é inegociável e um dever legal, explícito dos órgãos oficiais, não podendo ser objeto de barganhas e pressões. Os signatários querem advertir as autoridades e a consciência nacional da gravidade do erro cometido e suas consequências inevitáveis sobre outras áreas indígenas que vivem a mesma situação. A permanência do acordo implicará na responsabilidade indeclinável dos que o assinaram, voluntária e conscientemente, particularmente o responsável pelo exercício da tutela. No caso Gerson da Silva Alves, superintendente, no exercício da presidência.

Embora não tendo o consenso, Terena é um dos nomes indicados pelos indigenistas